



Ofício nº 374/2025 - GSLB

Brasília, 15 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor

Georges Seigneur

Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Senhor Procurador Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Trazemos os fatos ora relatados, com o objetivo de ver apurados eventuais ilícitos penais e atos de improbidade administrativa relacionados três fatos relatados nos últimos três dias, e à atuação de agentes públicos distritais no processo. Os fatos que se seguem revelam indícios suficientes de possível gestão temerária, desvio de finalidade, violação aos deveres fiduciários e interferência política indevida em instituição financeira pública, justificando a atuação deste Parquet no exercício de suas atribuições de proteção da moralidade administrativa e do patrimônio público:

Em primeiro lugar, a notícia de que o BRB, em meio à várias decisões de crédito, polêmicas aumenta de forma absolutamente desproporcional o financiamento a seus próprios diretores¹, em condições contratuais não transparentes (as matérias da imprensa sugerem montantes muito acima dos razoáveis em condições de crédito atípicos em relação aos praticados pelo mercado): “O Banco de Brasília (BRB) multiplicou por seis o valor total dos empréstimos para a alta

¹ <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2025/12/14/emprestimos-do-brb-para-seus-diretores-sobem-523percent-em-seis-meses-e-atingem-r-2265-milhoes.ghtml>

<https://comentarios1.folha.uol.com.br/comentarios/6379009?skin=folhaonline>

<https://agenciadnews.com.br/brb-aumenta-emprestimos-para-propria-diretoria-em-seis-vezes-e-pt-pedira-investigacao/>



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Leila Barros

cúpula da administração do próprio banco, na comparação entre dezembro de 2024 e junho de 2025”.

Em segundo lugar a notícia dada pelo Governador Ibaneis Rocha da venda do Centrad será vendido por R\$ 600² milhões. A forma de avaliação desse preço de venda não resta claro, sendo equivalente à avaliação da área construída feita em 2018 (sem o valor do terreno, que é da Terracap, e estava avaliado em R\$ 200 milhões), restando necessário o devido acompanhamento do negócio para evitar novo prejuízo ao Erário Distrital.

Em terceiro lugar, o aviso de indisponibilidade dos sistemas estruturantes do Planejamento e Fazenda (SIGGO, Portal Nota Legal, portais de contabilidade que atendem o cidadão e portais de acesso a trabalhos de fiscalização da fazenda) por mais de uma semana (aviso em anexo), tal indisponibilidade pode indicar sérios problemas no cumprimento do Plano de Diretor de TI do DF e possa revelar sério risco de comprometimento de integridade e acesso à dados.

Nesse sentido, as três situações relatadas merecem acompanhamento e investigação por parte do Ministério Público por revelarem riscos e/ ou apresentarem indícios de: prevaricação e uso indevido de cargo público (no primeiro caso); mau planejamento e possível direcionamento de licitação pública, com possível direcionamento ou beneficiamento de privado em uma licitação de venda de patrimônio público (no segundo caso) e falhas no planejamento com possíveis riscos à segurança/integridade de dados e continuidade de serviços essenciais do Estado (no terceiro caso), todos com riscos de dano ao Erário Distrital. Esse cenário, smj, merece atuação e atuação do douto e diligente Parquet no âmbito Distrital.

² <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/cldf-aguardara-proposta-de-venda-do-centrad/>

<https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/ibaneis-anuncia-venda-e-chama-centrad-de-lixo-ilusao-do-megalomaniaco-do-arruda>



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Leila Barros

A Representante renova sua confiança na atuação deste Ministério Público, instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente na proteção do patrimônio público do Distrito Federal e na responsabilização de eventuais agentes que tenham agido em desacordo com os princípios que regem a administração pública.

Assinatura manuscrita de Leila Barros em tinta azul.

LEILA BARROS

Senadora da República



ANEXO

COMUNICADO ÀS UNIDADES GESTORAS DO GDF



Prezadas equipes,

Informamos que alguns sistemas do Governo do Distrito Federal estão apresentando **indisponibilidade ou oscilações temporárias**. Os serviços afetados são:

Gestão Financeira e Tributária: SIGGO Web, SIGGO Legado (2000–2021), SIGEST e processamento do SPED.

Arrecadação e Cidadão: Portal Nota Legal (PNL), AgênciaNet (Área Restrita), Livro Fiscal Eletrônico (LFE), Nota Fiscal Avulsa, Emissão de 2ª via de ITBI/ITCD e Atendimento Virtual.

Receita: Módulos do ReceitaWeb (CCR, Parcelamentos, REFIS e Cadastro Fiscal) e SFA.

Sistemas: GAC (Gestão de Atendimento), SISLEG, SGEJUC, CFE-WEB e DAF-WEB.

Infraestrutura: Sistemas SOA e ADMCMS, com acesso intermitente e ainda em validação.

As equipes técnicas já estão atuando para restabelecer todos os serviços o mais rápido possível. No entanto, de acordo com o diagnóstico atualizado, os trabalhos podem se estender até 17/12/2025.

Manteremos novas informações sempre que houver atualizações. Agradecemos a compreensão de todos.

**Secretaria-Executiva de Tecnologia da Informação
e Comunicação (SETIC/SEEC)**

Secretaria-Executiva de
Tecnologia da Informação
e Comunicação

Secretaria
de Economia

